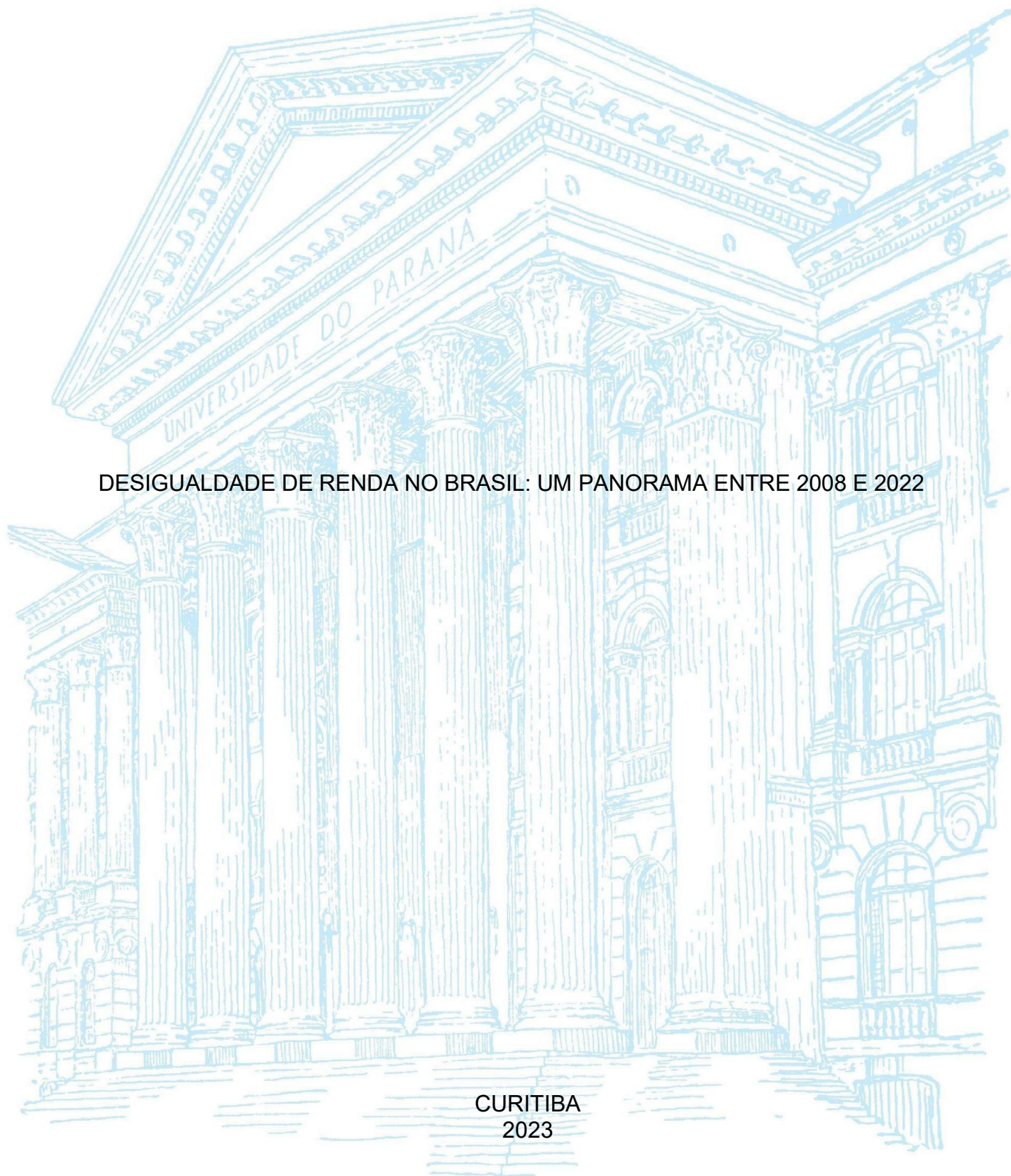


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PIETRA REIJA BELIN DE SOUZA

DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL: UM PANORAMA ENTRE 2008 E 2022

CURITIBA
2023



PIETRA REIJA BELIN DE SOUZA

DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL: UM PANORAMA ENTRE 2008 E 2022

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel, Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Jaqueline Coelho Visentin

CURITIBA
2023

RESUMO

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo. O índice de Gini para o Brasil, em 2020, foi de 48,9 pontos, estando entre os 20 mais desiguais do mundo, atrás da África do Sul 63,0, Namíbia 59,1, Colômbia 54,2, Angola 51,3 e Costa Rica 49,3. Neste contexto, o objetivo geral deste trabalho é identificar as principais recomendações dos autores selecionados a fim de reduzir a desigualdade de renda no Brasil. No que se refere aos objetivos específicos, pretende-se observar: (i) se é possível identificar convergência entre os artigos selecionados e suas referidas recomendações, ou seja, se há alguma recomendação dominante; e (ii) se é possível que essas recomendações se complementem entre si. Para o alcance dos objetivos propostos, foi utilizado o método de bibliometria. Para isso, foram selecionados artigos científicos sobre desigualdade de renda no Brasil, sendo considerados artigos publicados em revistas brasileiras B1 da área de economia no período entre 2008 e 2022. Com base nesse levantamento, verificou-se que o crescimento econômico pode não ser suficiente para a melhoria da desigualdade de renda no Brasil e que este deve estar acompanhado de políticas públicas de redistribuição de renda.

Palavras-chave: desigualdade de renda, Brasil, índice de gini, bibliometria

ABSTRACT

Brazil is one of the most unequal countries in the world. The Gini index for Brazil, in 2020, was 48.9 points, being among the 20 most unequal in the world, behind South Africa 63.0, Namibia 59.1, Colombia 54.2, Angola 51.3 and Costa Rica 49.3. In this context, the general objective of this work is to identify the main recommendations of the selected authors to reduce income inequality in Brazil. Regarding to the specific objectives, it is intended to observe: (I) whether it is possible to identify convergence between the selected articles and their recommendations, that is, whether there is any dominant recommendation; and (ii) whether it is possible for these recommendations to complement each other. To achieve the proposed objectives, the bibliometric method was used. For this, scientific articles on income inequality in Brazil were selected, considering articles published in Brazilian journals B1 in the area of economics in the period between 2008 and 2022. Based on this research, it was found that economic growth may not be enough to the improvement of income inequality in Brazil and that this should be accompanied by public policies for income redistribution.

Keywords: income inequality, Brazil, Gini index, bibliometric

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	5
2.REVISÃO DE LITERATURA.....	7
3.METODOLOGIA	10
4.RESULTADOS.....	13
5.CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
6.REFERÊNCIAS.....	23

1. INTRODUÇÃO

A desigualdade de renda é um tema muito sensível no Brasil, pois o país é um dos mais desiguais do mundo. (WORLD BANK GROUP, 2020). O principal indicador utilizado para medir a desigualdade de renda é o índice de Gini, o qual varia entre zero e um, ou de zero a cem, sendo que zero representa a igualdade total – isto é, todos os indivíduos do grupo selecionado possuem a mesma renda – e um, ou cem, representa total desigualdade – na qual somente um indivíduo possui a renda total do grupo. (NEVES et al., 2014).

Entre 2008 e 2020, houve melhora no índice de Gini no Brasil, passando de 54 pontos para 48,9 pontos. (BARBOSA; FERREIRA DE SOUZA; SOARES, 2020). No entanto, as políticas de combate à desigualdade de renda no Brasil não foram suficientes para reduzi-la de forma considerável. Em 2020, o Brasil estava entre os 20 países mais desiguais do mundo, atrás de países como África do Sul (63,0), Namíbia (59,1), Colômbia (54,2), Angola (51,3), Costa Rica (49,3), entre outros. (WORLD BANK GROUP, 2020).

Esse cenário foi ainda mais agravado pelos efeitos do período de pandemia do COVID-19. Conforme apontado no relatório *World Inequality Report* (Chancel et al. 2022), a desigualdade de renda no mundo apresentou piora em relação ao cenário anterior à pandemia do COVID-19. Em 2021, no Brasil, os 10% mais ricos se apropriaram de cerca de 59% da renda produzida no país, enquanto os 50% mais pobres se apropriaram de 10% da renda total.

Nesse contexto, e considerando os impactos econômicos causados pela pandemia, tais como redução do poder de compra dos mais pobres – devido ao aumento do preço dos itens básicos – e enriquecimento dos mais ricos, há uma tendência de inversão da melhoria na distribuição de renda no Brasil observada no período entre 2008 e 2020. (ARAUJO; CRUZ, 2022).

Com a divulgação do relatório da OXFAM¹ (CHRISTENSEN et al., 2023) na reunião anual de 2023 do Fórum Econômico Mundial, verificou-se que de fato houve uma piora na distribuição de renda no mundo a partir do período da pandemia do COVID-19. O relatório aponta que a camada 40% mais pobre da população mundial

1 A Oxfam é uma confederação internacional de 21 organizações, independente e sem fins lucrativos, que atua nas agendas sobre desigualdade e pobreza, produzindo conteúdo e procurando influenciar políticas públicas. www.oxfam.org

perdeu duas vezes mais renda do que a camada 20% mais rica. Destaca, ainda, que a pobreza aumentou pela primeira vez em 25 anos, e que as fortunas bilionárias cresceram fortemente, sendo trilhões de dólares mais altas do que antes da pandemia.

Para o Brasil, Borges et al. (2022), apontam que, após a pandemia, a crise social e econômica se agravou, gerando impactos múltiplos como alto desemprego e fechamento de empresas, fazendo necessário a utilização de políticas públicas para amenizar as consequências da crise desencadeada pela pandemia.

Neste contexto, o objetivo geral deste trabalho é identificar as principais recomendações dos autores selecionados que publicaram em Revistas B1 Brasileiras em português com foco em reduzir a desigualdade de renda no Brasil. No que se refere aos objetivos específicos, pretende-se observar: (i) se é possível identificar convergência entre as referidas recomendações, isto é, se há alguma recomendação dominante; e (ii) se é possível que essas recomendações se complementem entre si.

Para o alcance dos objetivos propostos, foi utilizado o método de bibliometria. Para isso, foram selecionados artigos científicos sobre desigualdade de renda no Brasil, com base nos artigos publicados em revistas científicas brasileiras na área de economia, no período entre 2008 e 2022. Para tal, foram consideradas as revistas indexadas no Qualis Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cujas notas, segundo a classificação de periódicos do período 2010-2012, são B1.

Por fim, este trabalho é organizado em cinco capítulos, sendo o capítulo um destinado à introdução, o capítulo dois apresenta a revisão de literatura, o capítulo três mostra a metodologia, o capítulo quatro apresenta os resultados, o capítulo cinco é destinado às considerações finais e a última seção diz respeito às referências bibliográficas.

2. REVISÃO DE LITERATURA

A desigualdade de renda é entendida como as diferenças que as classes sociais possuem no que tange seu poder financeiro. Quanto mais distantes as rendas entre essas classes, maior será a desigualdade de renda. (BARROS; FOGUEL; ULYSSEA, 2006)

A partir do século XX, a redução da desigualdade de renda se refletiu no crescimento da qualidade de vida da população mundial (BARBOSA FILHO; PESSÔA, 2009), sendo que uma série de fatores globais e domésticos explicam esse resultado.

De acordo com Atkinson (2016), Barbosa Filho e Pessôa (2009) e Neves (2014), os fatores globais mais importantes foram o progresso tecnológico, a globalização e o ciclos de preços das *commodities*.

No que se refere ao ciclos de preços das *commodities*, Arretche (2023) aponta que a alta no preço das *commodities*, na década dos anos 2000, gerou aumento na demanda de trabalho, aumentando, portanto, os salários.

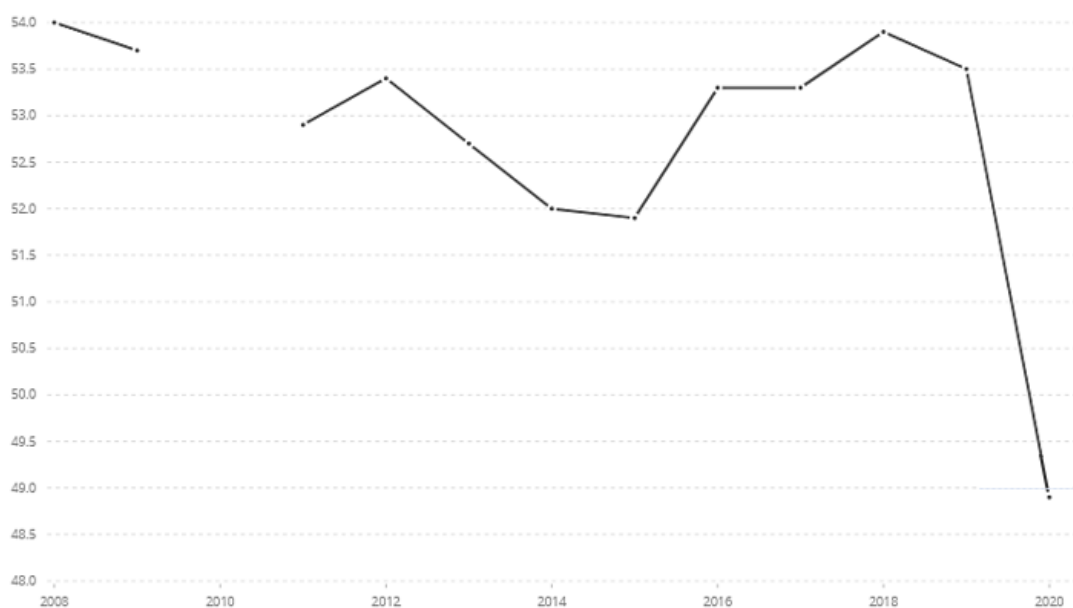
No que se refere aos fatores domésticos mais importantes, Atkinson (2016), Barbosa Filho e Pessôa (2009) e Neves (2014) destacaram o próprio desenvolvimento econômico, a estabilidade econômica e as políticas domésticas, tais como as políticas de integração financeira, políticas fiscais redistributivas, liberalização do mercado e flexibilização dos mercados de trabalho.

No caso do Brasil, observou-se um fenômeno interessante nos anos 2000. Nesse período, a distribuição de renda melhorou ao mesmo tempo em que registraram-se elevados níveis de pobreza.

Diante desse resultado, no início do século XXI, o Brasil não era considerado um país pobre, mas sim um país desigual com uma vasta população pobre, refletindo uma característica estrutural da economia nacional, a qual foi herdada ao longo da formação do Brasil. (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000).

Entre 2008 e 2020 houve melhora no índice de Gini no Brasil, passando de 54 pontos para 48,9 pontos. (WORLD BANK GROUP, 2020) Como pode-se observar no gráfico 1.

Gráfico 1 - Índice de Gini no Brasil 2008-2020



FONTE: WORLD BANK GROUP (2020).

No entanto, o período foi caracterizado por ciclos de melhora e piora nesse indicador.

Entre 2008 e 2011, houve uma redução do índice de Gini e, portanto, uma melhora na distribuição de renda no Brasil, passando de 54 pontos para 52,9 pontos. Medidas fiscais, monetárias, creditícias e cambiais do governo contribuíram para esse desempenho. (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2010) e (WORLD BANK GROUP, 2020).

No entanto, entre 2011 e 2012, o índice de Gini do Brasil aumentou, registrando 53,4 pontos no final do período, portanto, uma piora da distribuição de renda no país.

Mas, logo em seguida, entre 2012 e 2015, o índice voltou a decrescer, chegando à 51,9 pontos, melhorando a distribuição de renda no Brasil, devido, entre outros fatores, ao crescimento de 6,6% na renda média da população entre 2012 e 2014. (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2010).

No período seguinte essa tendência se inverteu. Entre 2015 e 2018 houve crescimento do índice de Gini, chegando à 53,9 pontos, registrando uma piora na distribuição de renda no Brasil. Tal resultado se deu frente ao aumento do desemprego, da informalidade e da consequente redução da renda das famílias (redução de cerca de 3,3%). (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2010) e (WORLD BANK GROUP, 2020).

Por fim, recentemente, entre 2018 e 2020, houve uma redução e, por isso, melhora no índice de Gini no Brasil, atingindo 48,9 pontos (dado mais atualizado do índice). No entanto, mesmo com essa melhora, os 10% mais ricos concentravam 58,6% da renda total no Brasil e o 1% mais rico do Brasil concentrava 25% da renda total do Brasil. Em contrapartida, os 50% mais pobres concentravam 29 vezes menos riqueza do que os 10% mais ricos, ao passo que a metade mais pobre da sociedade brasileira possuía para sobreviver somente 10% da renda total no Brasil. (FERNANDES, 2021).

Portanto, ainda que o período entre 2008 e 2020 tenha sido caracterizado pela melhora na distribuição de renda no Brasil, a observação de ciclos de melhora e de piora no índice de Gini associado aos indicadores de pobreza no país, bem como à tendência de inversão dessa melhora no período seguinte devido aos efeitos adversos da pandemia, chamam a atenção para a necessidade de políticas públicas que possam viabilizar a sustentação, no longo prazo, da melhoria na distribuição de renda no Brasil.

3. METODOLOGIA

A bibliometria é definida como a aplicação de métodos e estatísticas a artigos, livros e outros meios de comunicação para análise de publicações científicas. Entre as suas utilidades, é possível identificar as revistas científicas de uma determinada área do conhecimento, identificar os principais temas das publicações, conferir o grau de produtividade dos autores, encontrar padrões de colaboração entre diversos autores, medir o crescimento de publicações de áreas específicas do conhecimento e observar o surgimento de novos temas, entre outros. (VANTI, 2002).

O estrato mais elevado do Qualis da CAPES para periódicos nacionais em Economia é o estrato B1, o qual também reflete um maior número de citações aos artigos. Por sua vez, artigos altamente citados têm maior chance de visibilidade, atraindo assim maior atenção entre os pesquisadores. Avaliar o conteúdo das publicações mais citadas é muito útil para obter informações sobre as tendências de áreas específicas na perspectiva do progresso da pesquisa. Pode revelar aos pesquisadores como podem encontrar o melhor campo ou melhor periódico para ter sucesso em sua publicação. (LIMA, 1984).

Embora a citação não seja uma ferramenta científica para avaliar a publicação, é uma métrica valiosa que reconhece parâmetros de pesquisa. O índice de citações, como um tipo de método bibliométrico, mostra o número de vezes que um artigo foi utilizado por outros artigos. Assim, a análise de citações ajuda os pesquisadores a obter uma ideia preliminar sobre os artigos e pesquisas que têm impacto em um determinado campo de interesse e trata do exame dos documentos citados por trabalhos acadêmicos. (ALVARENGA, 1988).

Utilizando técnicas de bibliometria, foram identificados artigos científicos sobre desigualdade de renda no Brasil. Para essa identificação, foram considerados artigos publicados em revistas científicas brasileiras na área de economia, no período entre 2008 e 2022. Para tal, foram consideradas as revistas indexadas no Qualis Periódicos da CAPES, cujas notas, segundo a classificação de periódicos do período 2010-2012, são B1. Em seguida, a partir dos artigos encontrados, foram analisadas as suas informações gerais e realizada uma seleção dos trabalhos utilizados nesta pesquisa.

Nesse contexto, é importante destacar que a metodologia selecionada se baseia no trabalho de Carvalho e Souza (2021) e Andrada, Boianovsky e Cabello (2018).

Por sua vez, Carvalho e Souza (2021) apresentaram um estudo sobre o progresso do pensamento econômico, no campo da desigualdade de renda, por meio da compilação, análise e conexão de publicações de nomes importantes para a ciência econômica, tais como Vilfredo Pareto, Edwin Cannan, Alfred Marshall e Arthur Cecil Pigou.

Andrada, Boianovsky e Cabello (2018) analisaram o conteúdo das publicações do Clube dos Economistas e da Revista Econômica Brasileira – ambas lideradas por Celso Furtado, vigentes no período entre 1955 e 1964, cujo objetivo era trazer uma outra perspectiva ao liberalismo econômico². Para essa análise, consultaram também jornais da época e, a partir da compilação de matérias e redação de resumos, apresentam as principais obras e suas principais contribuições, oferecendo uma visão panorâmica das publicações selecionadas.

Assim, com base na metodologia proposta e nas metodologias utilizadas por Carvalho e Souza (2021) e Andrada, Boianovsky e Cabello (2018), foram percorridos os seguintes passos:

- 1) Identificação das revistas científicas brasileiras na área de economia, indexadas no Qualis Periódicos da CAPES, cujas notas, segundo a classificação de periódicos do período 2010-2012, são B1.
- 2) Em seguida, foi inserida a palavra-chave “desigualdade” no buscador de cada uma dessas revistas para identificar os artigos publicados, no período de 2008 até a data da pesquisa (01/08/2022), que trataram sobre o tema desigualdade.
- 3) Tais artigos foram baixados e mapeados a fim de identificar os artigos que focavam principalmente sobre a desigualdade de renda no Brasil.
- 4) Em seguida, foram selecionados os artigos que propõem recomendações em direção à redução da desigualdade de renda no Brasil.

A partir do passo 1, foram identificadas 12 revistas, listadas a seguir:

- 1) Análise Econômica: Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade

² Criado em 1955 no Rio de Janeiro, o Clube dos Economistas congregava economistas de viés nacionalista-desenvolvimentista, e emergiu a partir da deterioração das relações e do aumento das tensões entre os economistas de viés nacionalista e os liberais da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV-RJ) e sua Revista Brasileira de Economia (RBE). (Andrada, Boianovsky e Cabello, 2018).

Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

- 2) Nova Economia: Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
- 3) Estudos Econômicos: Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária (FEA) da Universidade de São Paulo (USP).
- 4) Revista Brasileira de Economia (RBE): Fundação Getúlio Vargas (FGV).
- 5) Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP).
- 6) Economia: Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC).
- 7) Economia e Sociedade: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS).
- 8) Revista de Economia e Sociologia Rural (RESR): Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER).
- 9) Economia Aplicada: Departamento de Economia da FEA de Ribeirão Preto da USP.
- 10) Revista de Economia Contemporânea: Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
- 11) Revista GEOSUL: Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
- 12) Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE): Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA).

No passo 2, entre os artigos encontrados, 203 estavam no idioma português. Por sua vez, no passo 3, foram identificados 81 artigos e no passo 4 foram selecionados 10 artigos.

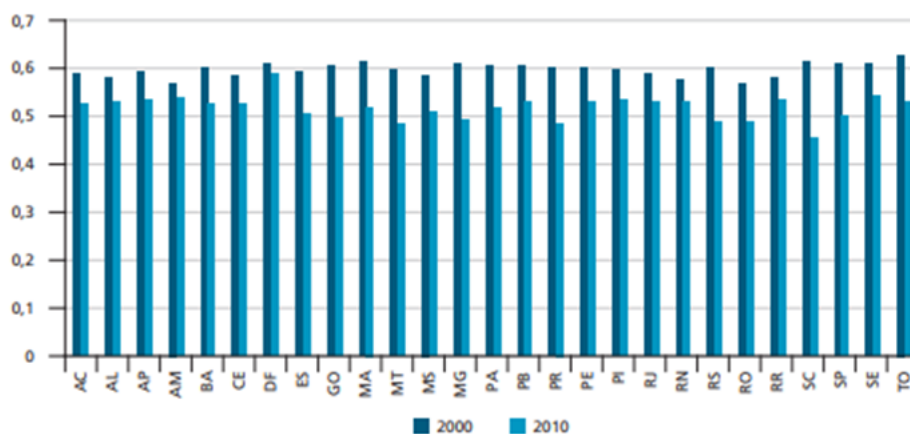
4. RESULTADOS

No Brasil procurou-se reduzir a desigualdade de renda por meio de programas sociais e de transferências de renda, tais como Bolsa Família, aumento do salário-mínimo real, aumento dos gastos públicos em educação, saúde e infraestrutura, bem como por meio da facilitação do acesso ao crédito por parte das famílias. (AZEVEDO; FONSECA; MISSIO, 2022). Nesse contexto, a seguir são apresentados os principais resultados desta pesquisa em direção ao atendimento dos objetivos propostos.

Ribeiro, Araújo e Feitosa (2015) avaliaram se houve um crescimento pró-pobre³ nas 27 Unidades da Federação (UF) do Brasil, incluindo as áreas urbanas e rurais, no período entre 2000 e 2010.

Para o atendimento desse objetivo, os autores analisaram a evolução do crescimento econômico, da pobreza e da desigualdade de renda, esta medida pelo índice de Gini, cujos resultados são apresentados no gráfico 2, a seguir.

Gráfico 2 - Índice de Gini por UF anos 2000 e 2010



FONTE: Ribeiro, Araújo e Feitosa (2015).

Os resultados mostraram que houve uma redução da desigualdade de renda em todas as UF. Em relação a pobreza, os autores observaram redução em todas as UF, com exceção do Amapá.

Analisando os dados e corroborando com as políticas públicas do período, os autores destacam que o crescimento econômico pode não ser suficiente para garantir melhora na distribuição de renda e na redução da pobreza, tanto na área urbana

³ O crescimento pró pobre se dá quando a renda dos pobres cresce mais do que a renda dos não pobres em um dado período. Ribeiro, Araújo e Feitosa (2015).

quanto na área rural.

Nesse contexto, os autores pontuam que, mesmo que o indicador de desigualdade tenha melhorado para todas as UF e os indicadores de pobreza tenham melhoraram para quase todas as UF, para diminuir as desigualdades de renda históricas das regiões do Brasil (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), o crescimento econômico deve ser acompanhado de políticas públicas redistributivas, principalmente nas regiões que possuem uma maior desigualdade de renda.

Por sua vez, tais políticas devem possibilitar um crescimento econômico endógeno que seja eficaz contra a pobreza, principalmente em regiões de crescimento não pró-pobre⁴ e nas zonas rurais.

Alencar, Araújo e Justo (2019) procuraram identificar os fatores que influenciaram a diferença salarial nos municípios do Brasil entre 2007 e 2016. Para o atendimento desse objetivo, foi utilizada a base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Os resultados encontrados mostraram que quanto maior a população do município, maior será a desigualdade entre os salários, e que, quanto maior o salário médio, maior a desigualdade de renda.

Adicionalmente, foi verificado que uma grande parte de diferença nos salários é justificada pela diferença no que se refere às atividades econômicas, diferença de escolaridade e de gênero.

Nesse contexto, os autores sugerem que, nas três escalas do governo (federal, estadual e municipal), as políticas públicas devem procurar diminuir a desigualdade salarial, por ser uma parte importante da renda e não a totalidade da renda, como meio para diminuir a desigualdade de renda.

Procópio, Bastos e Freguglia (2014) exploraram o tema da migração interna de trabalhadores e famílias, por meio do qual os agentes estão em busca de uma melhoria nas condições de vida. Para o atendimento desse objetivo, os autores estudaram o período de 1995 a 2000 e utilizaram o censo demográfico de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do estudo Regiões de Influência das Cidades (REGIC) de 2008, também do IBGE.

Com base nessas informações, os autores elaboraram uma análise para simular como seria a distribuição de renda caso a migração, no período analisado,

4 O crescimento não pró pobre se dá quando a renda dos pobres cresce menos do que a renda dos não pobres em um dado período. Ribeiro, Araújo e Feitosa (2015).

não houvesse ocorrido. Para isso, trabalharam com cinco níveis da hierarquia urbana do Brasil, a saber: (i) Metrôpoles; (ii) Capitais regionais; (iii) Centros sub-regionais; (iv) Centros de zona; e (v) Centros locais.

Entre os resultados do estudo, verificou-se que a migração entre os municípios contribuiu para a redução da desigualdade de modo geral, incluindo a desigualdade de renda. Além disso, verificou-se que as hierarquias urbanas (i) e (ii) são concentradoras de renda, ao passo que contribuem para o crescimento da desigualdade de renda, enquanto os demais níveis contribuem para a redução da desigualdade de renda.

Apontam ainda que se não houvesse ocorrido imigração no período, as metrôpoles teriam maiores salários, registrando maior concentração de renda. Portanto, os autores concluem que a migração contribuiu para diminuir, de certo modo, a renda dos centros urbanos mais ricos e aumentar a renda dos mais pobres, contribuindo para a redução da desigualdade de renda. Adicionalmente, os autores destacam que a mobilidade de trabalho ajudou no desenvolvimento regional.

A partir desses resultados, os autores recomendam que a elaboração de políticas públicas deve considerar não somente as desigualdades entre os estados e as macrorregiões, mas também as características dos diferentes níveis hierárquicos urbanos.

Linhares et al. (2012) elaboraram uma análise sobre a desigualdade de renda, com base na curva de Kuznets. Por sua vez, a curva de Kuznets mostra que em estágios iniciais da formação econômica de uma sociedade, a relação entre desigualdade e crescimento de renda é positiva, e torna-se negativa a partir de um ponto crítico de maturidade deste processo de formação, configurando o que ficou conhecido na literatura como a hipótese do “U” invertido, ou simplesmente a hipótese de Kuznets.

A análise de Linhares et al. (2012) foi feita para 21⁵ UF no período entre 1986 a 2005 e os seus resultados mostraram que na esfera de baixa renda, as mudanças na renda não alteraram o nível de desigualdade.

Diante desse resultado, os autores concluíram que para que o nível de desigualdade de renda se modifique é necessário que, principalmente nos estados e regiões mais pobres, haja investimento em capital humano.

5 Os demais estados foram excluídos por falta de dados. (Linhares et al. 2012).

Destacam ainda que o desenvolvimento do mercado de crédito e a qualificação da mão de obra para setores dinâmicos podem ser ferramentas importantes para a redução da desigualdade de renda, bem como seria importante elaborar programas sociais que considerem os diferentes perfis socioeconômicos regionais, pois as políticas nacionais podem não causar o mesmo efeito em todas as regiões.

Saiani, Júnior e Dourado (2013) avaliaram a relação entre o acesso aos serviços de saneamento ambiental, coleta de lixo e esgoto e a renda dos domicílios *per capita*. Para isso, utilizaram as informações dos Censos Demográficos do IBGE dos anos de 1991 e 2000.

Entre os resultados obtidos, os autores mostraram que a taxa de urbanização possui um efeito negativo sobre a desigualdade de renda e quanto maior o analfabetismo, maior a desigualdade de renda.

Diante desses resultados, os autores destacam a importância das parcerias públicas privadas e concessões para auxiliar os indivíduos com pouca condição de pagamento pelos serviços básicos. Uma alternativa nessa direção poderia se concretizar na complementação de pagamentos para prestadores de serviços básicos para que esses ofereçam tais serviços para a camada vulnerável da sociedade.

Azevedo, Fonseca e Missio (2022) analisaram o crescimento do Brasil entre os anos 2000 e 2015, considerando a distribuição pessoal e funcional da renda. Segundo Simioni (2010, p.1), *“Distribuição funcional da renda: analisa a repartição do PIB entre proprietários de capital e trabalhadores assalariados. Distribuição pessoal da renda: verifica os rendimentos que pessoas e famílias recebem”*.

O estudo mostra que desde 2004 houve um aumento da participação dos salários na renda brasileira, refletindo a política de valorização do salário mínimo real. Por sua vez, esses resultados levaram ao aumento do crescimento produtivo com o aumento da demanda via consumo. Entre as políticas que contribuíram para esse desempenho, destacam-se aquelas cujo objetivo foi reduzir o trabalho informal e os programas sociais, como o Bolsa Família, bem como o aumento do acesso ao crédito por parte das pessoas físicas.

A partir dos resultados, os autores recomendam que as políticas macroeconômicas devem buscar associar o crescimento econômico com a redistribuição de renda, e que o Estado deve estruturar os esforços públicos e privados para que a economia intensifique o capital e o progresso tecnológico para todos os setores produtivos.

Tavares e Júnior (2014) analisam como as características estruturais da economia do Nordeste podem influenciar a forma como as mudanças na economia se manifestam na desigualdade interpessoal de renda na região. Para o atendimento desse objetivo, foram utilizados dados de 2004.

Entre os resultados encontrados, verificou-se que: (i) a queda da desigualdade foi mais lenta no Nordeste, comparada ao Brasil como um todo; (ii) as famílias nordestinas das classes sociais mais baixas são aquelas que mais geram renda na economia, as quais trabalham em atividades intensivas em mão de obra, porém são as que menos absorvem essa renda, indicando que o crescimento no Nordeste talvez não seja pró-pobre; e (iii) as mudanças tecnológicas que dependem de insumos importados, verificadas no período entre 1997 e 2004, prejudicaram a distribuição de renda na região em geral.

Diante desses resultados, os autores sugerem que as políticas públicas em direção à redução da desigualdade de renda devem levar em conta a classe mais pobre, de baixa renda – considerando que o aumento do consumo desses indivíduos pode não ter efeito sobre a redução da desigualdade de renda – e observar as necessidades estruturais da economia, de modo que investir em industrialização pode não ser suficiente para melhorar a concentração de renda.

Maia (2013) busca analisar as relações entre a dinâmica da estrutura de ocupações e a distribuição de renda no Brasil nos anos 2000. Para isso, apresenta o quanto as ocupações de baixa e pouca remuneração contribuem para o alto índice de exclusão e desigualdade do Brasil.

Entre os seus resultados, destaca que no período entre 2002 e 2011 o crescimento da renda foi mais rápido para os trabalhadores de baixa renda. A desigualdade de renda caiu, em praticamente todos os oito grupos de ocupações estudados. Com isso, houve melhorias no mercado de trabalho através, por exemplo, da diminuição da desigualdade de renda, aumento de mão de obra qualificada e redução do desemprego.

O estudo enfatiza que mesmo que a estrutura de ocupações/trabalho no Brasil tenha avançado e se desenvolvido, é importante fazer melhorias na qualidade e quantidade dos trabalhos qualificados, importante para diminuir a desigualdade de renda.

Helfand, Rocha e Vinhais (2009) apresentam um estudo sobre a diminuição da pobreza nas regiões rurais do Brasil considerando três anos, 1992, 1998 e 2005.

Sendo 1992 o ano base, visto que foi o primeiro ano da série da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) após o censo de 1991; 1998 se refere ao ano anterior à grande desvalorização do câmbio, que ocorreu em 1999, e 2005 foi um ano caracterizado pela alta dos preços das *commodities*.

Entre os resultados, os autores destacam que houve queda na pobreza simultaneamente à redução na desigualdade de renda. Pontuam que a primeira é explicada pelo aumento geral da renda dos indivíduos frente às rendas provenientes de programas de transferências de renda do governo federal, tal como o Bolsa Família. Mas, que a redução na desigualdade de renda não explica totalmente a queda da pobreza.

O estudo mostra também que os programas de transferências de renda foram mais significativos nas regiões rurais, visto que o nível de renda é menor do que nas áreas urbanas. Além disso, verificou-se que as regiões rurais, que apresentaram diminuição na desigualdade de renda, contribuíram para a diminuição na desigualdade nacional.

Diante desses resultados, os autores sugerem que para que a redução da pobreza e da desigualdade de renda continuem sendo verificadas no meio rural, as políticas públicas devem ter como objetivo: (i) um crescimento pró-pobre; (ii) políticas que ajudem a competitividade da agricultura familiar; e (iii) políticas que facilitem o acesso da população rural pobre a ocupações não agrícolas que oferecem maiores salários.

Sinalizam, ainda, que os programas de transferências de renda, como o Bolsa Família, são muito significativos e se mostram mais importantes para a diminuição da desigualdade de renda nas áreas rurais do que nas áreas urbanas, e que o aumento nas pensões e previdência foi importante para a diminuição da desigualdade de renda, mas pode não ser um fator que gera um crescimento sustentado.

Oliveira e Jacinto (2015) avaliaram se os estados do Brasil no período entre 1995 e 2011 estão tendo um crescimento pró-pobre. Constataram que houve uma melhora no nível de bem-estar no período em geral, e que as políticas que focam em diminuir a pobreza são mais efetivas quando combinadas com o aumento do crescimento econômico. Isto porque aumentam a renda de todos e a diminuição na desigualdade faz com que a renda dos pobres cresça mais do que a dos não-pobres, caracterizando um crescimento pró-pobre.

Adicionalmente, os autores mostram que, a partir de 2003, há uma mudança

na estrutura do crescimento econômico, no sentido que a mesma beneficia a área urbana, ao mesmo tempo em que se observa que mais estados brasileiros registram crescimento empobrecedor⁶ nas áreas rurais.

Diante desses resultados, os autores recomendam políticas públicas com foco no capital social, de modo a viabilizarem a redução da pobreza. Nesse contexto, concluem que pode não ser suficiente aumentar o consumo dos mais pobres para aumentar seu bem-estar. Sendo necessário, nesse contexto, que as políticas para redução da pobreza levem em consideração a região de cada parte do Brasil, bem como busquem reduzir as diferenças de salários e de qualidade de vida entre as áreas rurais e urbanas.

A fim de resumir as principais recomendações para a redução da desigualdade de renda no Brasil, apresenta-se o quadro 1.

⁶ O crescimento empobrecedor se dá quando o crescimento econômico aumenta a pobreza, pois a renda dos mais pobres decresce. (Ribeiro, Araújo e Feitosa, 2015).

Quadro 1 – Resumo das principais recomendações de políticas públicas para a redução da desigualdade de renda no Brasil

Tema artigo	Solução proposta
Crescimento pró-pobre, áreas rurais e urbanas.	O crescimento econômico deve ser acompanhado de políticas públicas redistributivas acentuadas principalmente nas regiões Norte e Nordeste.
Desigualdades salariais do Brasil.	Nas três escalas do governo (federal, estadual e municipal) as políticas públicas visem diminuir a desigualdade salarial considerando que devem focar na diferença de salários por setor de trabalho, escolaridade e sexo.
Mobilidade Intermunicipal.	Políticas públicas que não somente considerem as desigualdades entre os estados e as macrorregiões, mas também os diferentes níveis hierárquicos do Brasil.
Mudanças entre desigualdade renda e crescimento econômico.	Políticas considerando o âmbito socioeconômico regional, a realidade de cada estado, pois as políticas de âmbito nacional não atingem todos os estados igualmente.
Desigualdade de acesso a serviços de saneamento ambiental nos municípios brasileiros.	O desenvolvimento econômico pode não ser suficiente para solucionar o problema, deve-se adotar políticas públicas que levem os serviços básicos para a população com menos recursos.
Distribuição de renda e regime de crescimento econômico no Brasil.	As políticas macroeconômicas devem estar formadas juntamente com um crescimento econômico com redistribuição de renda.
Estrutura setorial do Brasil e mudanças da produção do Nordeste.	As políticas públicas que têm como objetivo diminuir a desigualdade de renda devem levar em conta a classe mais pobre e as necessidades estruturais da sociedade.
Estrutura de ocupações e distribuição de renda.	Melhorias na qualidade e quantidade dos trabalhos mais qualificados são essenciais para diminuir a desigualdade de renda.
Pobreza e desigualdade de renda no Brasil rural.	As políticas públicas devem ter como objetivo um crescimento pró-pobre, políticas que ajudem a competitividade da agricultura familiar e o acesso da população rural pobre a ocupações não agrícolas que com um melhor salário.
Crescimento pró-pobre ou empobrecedor? Uma análise para os estados brasileiros.	Políticas públicas que tenham foco no capital social são necessárias para diminuir a pobreza, isto significa que não basta somente o aumento da renda dos mais pobres para aumentar seu bem-estar, também é necessário que as políticas para redução da pobreza levem em consideração a especificidade de cada região do Brasil.

FONTE: o autor.

Analisando os artigos acima, pode-se dizer que o crescimento econômico é um fator importante para a redução da desigualdade de renda, mas pode não ser suficiente. Nesse cenário, podem ser necessárias políticas públicas adicionais que garantam que a renda seja redistribuída.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que no período entre 2008 e 2020 observou-se uma melhora na distribuição de renda no Brasil, porém com ciclos de melhora e de piora no índice de Gini, e considerando a característica desigual da economia brasileira – herdada ao longo da formação do país – associada à tendência de inversão da melhora na distribuição de renda devido aos efeitos adversos da pandemia do COVID-19, chama-se a atenção para a necessidade de políticas públicas que possam viabilizar a sustentação, no longo prazo, da melhoria na distribuição de renda no Brasil.

Diante desse contexto, esta pesquisa procurou identificar as principais recomendações a fim de reduzir a desigualdade de renda no país. As recomendações encontradas apresentaram pontos de convergência e, nas suas diferenças, podem ser complementares entre si.

Entre os resultados encontrados, destaca-se que o crescimento econômico é um fator importante, mas pode não ser suficiente, para a redução da desigualdade de renda no Brasil. Verificou-se que, adicionalmente, são necessárias políticas públicas direcionadas à redução da desigualdade de renda.

Por sua vez, tais políticas devem promover transferência de renda, tal como realizado pelo Bolsa Família, aumento real do salário mínimo e refletir as diferenças regionais do país, tais como as heterogeneidades do meio urbano e rural (fortalecendo, por exemplo, a agricultura familiar), dos estados nacionais e dos centros hierárquicos urbanos.

Identificou-se ainda que são desejáveis políticas públicas que promovam a redução da desigualdade de salário, por atividade econômica, gênero e escolaridade, bem como políticas públicas que incentivem a qualificação da mão de obra e geração de empregos.

Adicionalmente, recomenda-se que tais políticas privilegiem as camadas mais pobres da sociedade e sejam associadas às políticas que buscam reduzir a pobreza no Brasil e ampliar o acesso dessa camada aos serviços básicos.

Por fim, pontua-se que a melhoria na desigualdade de renda é fundamental para que o Brasil se torne um país mais igualitário e, conseqüentemente, mais desenvolvido. Em direção à identificar propostas e recomendações para as políticas públicas com esses objetivos, faz-se necessária constante atualização dos estudos sobre esse tema e estreitamento entre as recomendações científicas e a

concretização política e econômica das mesmas.

6. REFERÊNCIAS

ALENCAR, M. O.; ARAUJO, J. A.; JUSTO, W. R. Fatores condicionantes da desigualdade salarial no Brasil: Análise con dados em painel para o período de 2007 a 2016. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 73, p. 59-80, 2019.

ALVARENGA, L. Bibliometria e arqueologia do saber de Michel Foucault. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 3, p. 253 – 261, 1998.

ANDRADA, A. F. S.; BOIANOVSKY, M.; CABELLO, A. F. O Clube de Economistas e a Revista Econômica Brasileira (1955-1964): Um Episódio na História do Desenvolvimentismo Nacionalista no Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 48, n. 4, p. 721-756, 2018.

ARAUJO, M.; CRUZ, P. O agravamento das desigualdades no Brasil. Santa Maria: **Agência Experimental de Comunicação Íntegra**, 2022. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/midias/experimental/integra/2022/02/04/o-agravamento-das-desigualdades-no-brasil/>>. Acesso em: 8 set. 2022.

ARRETCHE, Marta. Democracia e redução da desigualdade econômica no Brasil: A inclusão dos outsiders. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 33, n. 96, p. 02-23, 2023.

ATKINSON, A. **Desigualdade: o que pode ser feito?** São Paulo: Editora Leya, 2016.

AZEVEDO, L. F.; FONSECA, P. C. D.; MISSIO, F. J. Distribuição de renda e regime de crescimento econômico no Brasil: avaliação e propostas. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 25-47, 2022.

BARBOSA FILHO, F. de H.; PESSÔA, S. **Educação, crescimento e distribuição de renda: a experiência brasileira em perspectiva histórica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

BARBOSA, R.; FERREIRA DE SOUZA, P.; SOARES, S. Desigualdade de renda no Brasil de 2012 a 2019. Rio de Janeiro: **Blog DADOS**, 2020. Disponível em: <<http://dados.iesp.uerj.br/desigualdade-brasil/>>. Acesso em: 1 nov. 2022.

BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. **Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: Ipea, 2006. v. 1.

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: Retrato de uma estabilidade inaceitável. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo v. 15, n. 42, p. 123-142, 2000.

BORGES, D. et al. Nós e as desigualdades: Pesquisa OXFAM Brasil/ DATAFOLHA percepções sobre desigualdades no Brasil. São Paulo: **OXFAM BRASIL** 2022.

CARVALHO, ANDRÉ RONCAGLIA DE; SOUZA, LUCIANA ROSA DE. A evolução conceitual da desigualdade e da pobreza no pensamento econômico. **Revista de**

Economia Política, vol. 41, n. 2, p. 402-425, 2021

Chancel, L., Piketty, T., Saez, E., Zucman, G. et al. World Inequality Report 2022, **World Inequality Lab**. 2022. Disponível em: <<https://wir2022.wid.world/>>. Acesso em: 21 dez. 2022.

CHRISTENSEN, M. B. et al. Survival of the Richest: How we must tax the super-rich now to fight inequality. 2023. **OXFAM**.

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO QUALIS DE ECONOMIA. **QUALIS DA ÁREA DE ECONOMIA- 2012: Lista dos periódicos e respectiva classificação**. 2012. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/econs/files/2008/08/NovoQualis20121.pdf>>. Acesso em: 1 set. 2022.

FERNANDES, D. 4 dados que mostram por que Brasil é um dos países mais desiguais do mundo. 2021. **BBC**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59557761>>. Acesso em: 1 set. 2022.

HELFAND, S. M.; ROCHA, R.; VINHAIS, H. E. F. Pobreza e desigualdade de renda no Brasil rural: Uma análise da queda recente. **Pesquisa e planejamento econômico**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, p. 60-78, 2009.

LIMA, R. C. M. de. Estudo bibliométrico: análise de citações no periódico Scientometrics. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 13, n. 1, p. 57-66, 1984.

LINHARES, F. et al. A hipótese de Kuznets e mudanças na relação entre desigualdade e crescimento de renda no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, [S. l.], v. 42, n. 3, p. 404-432, 2012.

MAIA, A. G. Estrutura de ocupações e distribuição de rendimentos: uma análise da experiência brasileira nos anos 2000. *. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 278-299, 2013.

MATTOS, F. A. M. Por que é importante discutir desigualdade. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 42, n. 78, p. 242-275, 2021.

NEVES, C. et al. Análise geográfica-temporal do índice de Gini nos municípios de Santa Catarina, 2000 e 2010. Uma abordagem exploratória de dados espaciais. **VIII Encontro de Economia Catarinense**, Rio do Sul, v. 1, , 2014.

OLIVEIRA, V. R.; JACINTO, P. A. Crescimento pró-pobre ou empobrecedor? Uma análise para os estados brasileiros, no período 1995-2011. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 161-180, 2015.

PROCÓPIO, I. V.; BASTOS, S. Q. A.; FREGUGLIA, R. S. Efeitos da mobilidade intermunicipal sobre a desigualdade de renda no Brasil: Uma análise contrafactual. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, [S. l.], v. 44, n. 3, p. 610-631, 2014.

RIBEIRO, L. L.; ARAUJO, J. A.; FEITOSA, D. G. Crescimento pró-pobre? Uma análise para os meios urbano e rural no Brasil. **Pesquisa e Planejamento**

Econômico, [S. l.], v. 45, n. 1, p. 156-176, 2015.

SAIANI, C. C. S.; JÚNIOR, R. T.; DOURADO, J. Desigualdade de acesso a serviços de saneamento ambiental nos municípios brasileiros: Evidências de uma Curva de Kuznets e de uma Seletividade Hierárquica das Políticas? **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 23, n. 3, p. 658-688, 2013.

SIMIONI, M. Macroeconomia - Distribuição de renda é desenvolvimento - Meta é melhorar a distribuição funcional da renda, aumentando participação de salários no PIB. **Revista Desafios do Desenvolvimento**, [S. l.], n. 60, 2010. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1285:catid=28&Itemid=23#:~:text=Distribui%C3%A7%C3%A3o%20funcional%20da%20renda%3A%20analisa,um%20de%20seus%20principais%20temas>. Acesso em: 20 jan. 2023>

TAVARES, F. B.; JÚNIOR, I. T. A. Estrutura setorial da produção e distribuição interpessoal de renda no nordeste em 2004. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 1, p. 214-237, 2014.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo da República, Brasília: **TCU**, 2010.

VANTI, N. A. P. Da bibliometria à webmetria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da Informação** Brasília, v.31, n.2, p.152-162, 2002.

WORLD BANK GROUP. In: **Gini Index - Brazil**. [S. l.], 202. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI?end=2020&locations=BR&start=2008>>. Acesso em: 21 set. 2022.